



# CADERNO DE QUESTÕES

## AUDITOR FISCAL

### NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A totalidade da Prova terá a duração de 4h (quatro horas), incluindo o tempo para resposta das questões subjetivas e preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
4. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva.
5. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

### ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

**A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!**

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <[www.paconcursos.com.br](http://www.paconcursos.com.br)>

### DESTAQUE AQUI

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

## LINGUA PORTUGUESA

### QUESTÃO 01

Quanto à leitura crítica de textos multimodais e jornalísticos, analise as assertivas abaixo sobre a charge a seguir.



Disponível em: <https://lh3.googleusercontent.com/rd-gg/>.  
Acesso em 16 out. De 2025

- I. O tema central da charge é a contradição entre o discurso público e a prática oculta na política.
- II. A finalidade do texto é exclusivamente humorística, desprovida de qualquer crítica social.
- III. O efeito de sentido irônico é construído pelo contraste entre a fala do personagem ("transparência") e a imagem do documento sigiloso.
- IV. O público-alvo é restrito a especialistas em política, dado o caráter técnico da crítica.

Estão **CORRETAS**:

- (A) Apenas as assertivas I e II.
- (B) Apenas as assertivas I e III.
- (C) Apenas as assertivas II e IV.
- (D) Apenas as assertivas I, II e III.
- (E) Apenas as assertivas I, III e IV.

### QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a pontuação foi empregada **INCORRETAMENTE**, comprometendo a coesão e a coerência.

- (A) O gerente afirmou, na reunião de segunda-feira, que os resultados seriam divulgados.
- (B) Os funcionários, que cumpriram as metas, receberão um bônus.
- (C) O projeto, elaborado com extremo cuidado, foi aprovado sem ressalvas.
- (D) Ele não compareceu ao evento, pois, o convite, havia se extraviado.
- (E) O relatório, um documento de cinquenta páginas, será enviado hoje.

### QUESTÃO 03

Sobre os processos de formação de palavras e a morfologia, analise as palavras a seguir: "antissocial", "micro-ondas", "entardecer", "ajuda", "felizmente".

A sequência que apresenta, respectivamente, exemplos de composição por justaposição, derivação prefixal, derivação parassintética, derivação sufixal e derivação regressiva é:

- (A) antissocial, micro-ondas, entardecer, ajuda, felizmente.
- (B) entardecer, felizmente, micro-ondas, ajuda, antissocial.
- (C) ajuda, entardecer, antissocial, micro-ondas, felizmente.
- (D) felizmente, antissocial, ajuda, entardecer, micro-ondas.
- (E) micro-ondas, antissocial, entardecer, felizmente, ajuda.

### QUESTÃO 04

Sobre regência, crase e colocação pronominal, julgue as assertivas abaixo e a seguir aponte a alternativa **CORRETA**.

- I. A expressão "à medida em que" é considerada inadequada pela norma culta, que preconiza o uso de "a medida que" para expressar proporção.
- II. A crase na frase "Refiro-me àquela reunião secreta" é obrigatória devido à regência do verbo "referir" ("referir-se a") e à presença do artigo definido feminino ante o pronome demonstrativo "aquela".
- III. Na frase "Não se lhe entregue o documento antes da hora", a colocação pronominal (próclise) é facultativa, podendo-se optar também por "Não entregue-se-lhe".
- IV. Em "Os dados foram fornecidos a mim pelo assessor", o uso da preposição "a" antes de "mim" justifica-se pela regência do particípio "fornecidos" ("fornecer algo a alguém").

Estão **CORRETAS**:

- (A) Apenas as assertivas I e II.
- (B) Apenas as assertivas I e III.
- (C) Apenas as assertivas II e IV.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV.
- (E) Todas as assertivas.

**QUESTÃO 05**

Sobre as figuras de linguagem indicadas abaixo, assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- 1. Metáfora
- 2. Metonímia
- 3. Antítese
- 4. Paradoxo

- ( ) "Luz no olhar e trevas no peito."
- ( ) "Pedi-lhe a mão em casamento."
- ( ) "Estamos vivendo uma guerra pacífica."
- ( ) "Aquele rapaz é um pavão de tão exibido."

- (A) 1 – 2 – 1 – 4.
- (B) 4 – 1 – 2 – 3.
- (C) 2 – 1 – 1 – 3.
- (D) 1 – 1 – 2 – 4.
- (E) 3 – 2 – 4 – 1.

**QUESTÃO 06**

Analise as orações constantes das alternativas abaixo e indique **CORRETAMENTE** em qual delas há a ocorrência da partícula expletiva (ou de realce) "que".

- (A) O relatório que enviaram à diretoria continha várias inconsistências graves.
- (B) Espero que o parecer jurídico seja conclusivo para que possamos prosseguir.
- (C) Quase que ela desmaia depois daquela cena maravilhosa de Shakespeare.
- (D) É fundamental que se cumpram todos os trâmites legais antes da licitação.
- (E) A previsão era a de que os recursos seriam liberados até o final do mês.

**QUESTÃO 07**

A homonímia, fenômeno semântico que envolve palavras de forma idêntica ou semelhante, mas com significados distintos, exige do usuário da língua uma atenção especial ao contexto para evitar ambiguidades.

Considere as seguintes passagens:

1. O juiz decidiu **cassar** o mandato do parlamentar envolvido no escândalo. / Os caçadores saíram ao amanhecer para **caçar** naquela vasta floresta.
2. O **censo** demográfico é uma ferramenta fundamental para o planejamento de políticas públicas. / É preciso ter **senso** de oportunidade para investir no momento certo.

As palavras em destaque são, respectivamente:

- (A) "Cassar" e "caçar" são homônimas homófonas e "censo" e "senso" são homônimas homógrafas.
- (B) "Cassar" e "caçar" são homônimas homófonas e "censo" e "senso" são homônimas homófonas.
- (C) "Cassar" e "caçar" são homônimas homógrafas e "censo" e "senso" são homônimas perfeitas.
- (D) "Cassar" e "caçar" são homônimas perfeitas e "censo" e "senso" são homônimas homófonas.
- (E) "Cassar" e "caçar" são parônimas e "censo" e "senso" são homônimas homófonas.

**QUESTÃO 08**

"O discurso oficial, aquele que emana das instâncias de poder, frequentemente se reveste de uma solenidade que visa mascarar a fragilidade de seus fundamentos. A linguagem, nesse contexto, não é um veículo neutro, mas um instrumento de construção de uma realidade que serve a interesses específicos. A opacidade proposital, o emprego de vocábulos de sentido camaleônico e a sintaxe intrincada não são acidentes; são a própria essência do mecanismo de dominação simbólica. O público, alvo dessa retórica, é convidado a uma aceitação passiva, dissuadido de qualquer exercício de leitura crítica pela própria complexidade do texto, que simula erudição e autoridade."

Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/portal-conhecimento/004-revistadireito203-serviotuliosantosvieira>. Acesso em: 17 out. 2025.

Com base no texto, analise as assertivas abaixo e a seguir, aponte a alternativa **CORRETA**.

- I. O tema central do texto é a manipulação da linguagem como instrumento de poder.
- II. A tese defendida é que a complexidade da linguagem oficial é um subproduto acidental da burocracia.
- III. A expressão "vocábulos de sentido camaleônico" exemplifica o efeito de sentido discutido no texto, referindo-se a palavras intencionalmente ambíguas.
- IV. O público-alvo do texto em análise é composto por especialistas em linguística.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 09**

A relação de dependência sintática que caracteriza a subordinação pode manifestar-se de formas variadas, demandando a correta identificação da oração principal e da função da subordinada.

Considere as seguintes assertivas sobre períodos compostos por subordinação:

- I. Em "O fato de que ela se classificou me alegrou muito.", a oração subordinada exerce a função de complemento nominal.
- II. No período "Seria verdade que as pessoas têm o poder de mudar?", a oração subordinada atua como sujeito.
- III. A oração "Embora chovesse muito" classifica-se como subordinada adverbial causal no período "Embora chovesse muito, o evento foi um sucesso".
- IV. Em "O professor insiste em que eu tenho de estudar mais.", a oração subordinada exerce a função de objeto direto.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

**QUESTÃO 10**

Analise a seguinte oração:

"O diretor anunciou aos servidores a implementação do novo plano de carreira."

Levando-se em conta a regência verbal, as reescrituras possíveis da frase acima são:

- I. O diretor anunciou-lhes a implementação do novo plano de carreira.
- II. O diretor anunciou-o aos servidores.
- III. O diretor anunciou-lhes a sua implementação.
- IV. O diretor anunciou-a aos servidores.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**QUESTÃO 11**

As revoltas ocorridas na Bahia entre os séculos XVIII e XIX revelam diferentes expressões de contestação ao sistema colonial e imperial. A Conjuração Baiana (1798) destacou-se por seu projeto de ruptura com a ordem vigente e pela inclusão de setores populares em sua agenda igualitarista. A Sabinada (1837) propôs a autonomia da província baiana durante o período regencial, denunciando a centralização política. Já a Revolta dos Malês (1835), organizada por africanos islamizados, articulou religiosidade e resistência escravizada em um movimento cuidadosamente planejado.

Considerando esses movimentos e seus desdobramentos históricos, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A Conjuração Baiana incorporou pautas sociais radicais, como a abolição da escravidão e a ampliação dos direitos civis, mobilizando setores populares e libertos em sua base social.
- (B) A Sabinada teve como núcleo articulador camadas médias urbanas e militares, propondo a criação temporária de uma república baiana enquanto perdurasse o regime regencial.
- (C) A Revolta dos Malês combinou motivações religiosas e políticas, sendo notável por sua organização e pela busca da liberdade dos africanos escravizados de fé islâmica.
- (D) A Conjuração Baiana manteve-se sob a condução de grupos econômicos coloniais e restringiu-se a demandas de natureza administrativa, sem propor mudanças estruturais na ordem escravista.
- (E) Sabinada e Revolta dos Malês, embora distintas em composição e objetivos, expressaram a tensão entre autoridade central e reivindicações locais, expondo a pluralidade das lutas sociais do período.

**QUESTÃO 12**

O município de Cairu, situado no arquipélago de Tinharé, destaca-se por sua relevância histórica desde o período colonial, pelo patrimônio arquitetônico de influência luso-brasileira e pela diversidade de seus ecossistemas costeiros. Sua natureza insular condiciona dinâmicas socioeconômicas relacionadas ao turismo, à pesca artesanal e à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que impõe desafios à gestão territorial e ambiental.

Considerando as características históricas, geográficas e econômicas do município, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A conformação insular de Cairu influencia de maneira decisiva a logística de abastecimento e circulação, tornando o planejamento territorial elemento estratégico para a expansão do turismo e a integração regional.

(B) As atividades pesqueiras tradicionais e a agricultura de base comunitária permanecem relevantes no tecido socioeconômico local, coexistindo com o turismo, que se consolidou como eixo predominante do desenvolvimento municipal.

(C) A conservação dos manguezais e de outros ambientes estuarinos constitui fator essencial para a manutenção da biodiversidade e para a sustentabilidade da cadeia produtiva pesqueira, integrando políticas de ordenamento ambiental.

(D) A intensificação da atividade turística impõe a necessidade de estratégias de ordenamento territorial e de gestão ambiental que conciliem preservação ecológica e expansão socioeconômica sustentável.

(E) Embora de reconhecido valor histórico e simbólico, o acervo arquitetônico colonial de Cairu apresenta impacto secundário sobre o fluxo turístico, sendo superado em relevância econômica pelas atividades primárias do setor agroextrativista.

**QUESTÃO 13**

O cenário geopolítico recente tem sido marcado por transformações estruturais que afetam diretamente a economia global e os posicionamentos estratégicos dos Estados. A guerra no Leste Europeu alterou fluxos de energia e cadeias logísticas, enquanto as tensões no Oriente Médio reacenderam disputas por influência em rotas comerciais e no mercado de hidrocarbonetos. Paralelamente, a reorganização de blocos multilaterais e as mudanças na política monetária global produzem efeitos significativos sobre países emergentes, incluindo o Brasil.

Com base nesse contexto, analise as assertivas abaixo e a seguir, aponte a alternativa **CORRETA**.

I. As sanções impostas à Rússia em razão da guerra na Ucrânia impactaram diretamente os fluxos comerciais e energéticos, mas não tiveram efeitos relevantes sobre o abastecimento de insumos agrícolas no Brasil, dada a autossuficiência do país nesse setor.

II. A ampliação do BRICS com novos membros fortalece o potencial de articulação política e econômica do bloco no cenário internacional, ao mesmo tempo em que desafia a ordem financeira tradicional centrada no dólar e nas instituições de *Bretton Woods*.

III. As tensões geopolíticas no Oriente Médio continuam a afetar o mercado global de petróleo, reforçando a importância estratégica da região mesmo diante da diversificação das matrizes energéticas em curso no mundo.

IV. As políticas monetárias restritivas adotadas pelos Estados Unidos provocaram valorização do dólar, o que tende a intensificar pressões inflacionárias em países emergentes e a dificultar o controle de contas externas no Brasil.

V. A recente política industrial brasileira está alinhada à agenda global de transição energética e reindustrialização, mas permanece desvinculada de estratégias de inserção internacional em cadeias produtivas globais, focando exclusivamente no mercado interno.

(A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(E) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

**QUESTÃO 14**

A diversidade geográfica da Bahia resulta da interação entre fatores geológicos, climáticos e hidrológicos que estruturam o território. O relevo baiano é formado predominantemente por planaltos cristalinos do escudo pré-cambriano, intercalados por depressões e planícies litorâneas, o que influencia a distribuição climática e a rede hidrográfica. No litoral, o município de Cairu destaca-se por sua configuração insular e por ecossistemas associados a ambientes estuarinos e costeiros tropicais.

Considerando os aspectos físicos e ambientais desse território, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) As planícies costeiras baianas, de formação terciária e quaternária, originaram-se principalmente de processos tectônicos recentes, o que explica sua elevada altitude média e baixa densidade populacional.

(B) A predominância de rochas cristalinas antigas no interior do estado condiciona a presença de solos profundos e altamente férteis, tornando essa região a principal área agrícola da Bahia.

(C) A dinâmica climática baiana apresenta forte contraste entre o semiárido do interior e o clima úmido litorâneo, sendo este último influenciado pela circulação atmosférica tropical e pelas massas de ar atlânticas.

(D) A hidrografia baiana caracteriza-se por uma rede fluvial radial convergente para o litoral, com destaque para rios de planície que favorecem a formação de várzeas alagáveis em toda a extensão do estado.

(E) O território insular de Cairu, formado por processos vulcânicos mesozoicos, apresenta relevo montanhoso abrupto, com predominância de chapadas cristalinas e clima semiárido tropical típico.

QUESTÃO 15

A formação do Estado brasileiro e a consolidação de sua estrutura político-social resultaram de processos históricos complexos e interdependentes. A Independência, em 1822, embora tenha formalizado a ruptura com Portugal, manteve a ordem escravocrata e o poder concentrado nas elites agrárias. A abolição, em 1888, ocorreu sem políticas de integração social, perpetuando desigualdades estruturais. Já a Constituição de 1988 consagrou a redemocratização e consolidou direitos sociais, políticos e civis, ampliando a noção de cidadania no país.

Considerando as continuidades e rupturas ao longo da história brasileira, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A Constituição de 1988 resultou de um processo constituinte democrático e consagrou princípios como a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a separação dos Poderes, reconfigurando o pacto social brasileiro.

(B) A Independência representou uma ruptura social profunda, promovendo ampla redistribuição de terras e imediata inclusão política de setores populares.

(C) A abolição da escravidão transformou estruturalmente as relações sociais e garantiu aos libertos acesso imediato à cidadania plena e às políticas de reparação histórica.

(D) A República Velha caracterizou-se pela centralização autoritária do poder no Executivo federal, restringindo a autonomia dos estados e eliminando o papel das oligarquias regionais.

(E) A redemocratização pós 1985 significou o abandono definitivo de todas as estruturas autoritárias do período militar, com a imediata implementação de reformas políticas amplas e igualitárias.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Pedro imaginou um número, multiplicou-o por 3, subtraiu 8 e obteve o resultado 19. Marque o número **CORRETO** que João imaginou.

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 11.
- (E) 13.

QUESTÃO 17

Uma receita de suco tem a proporção entre a quantidade de suco concentrado e a de água numa relação de 2:5. Se forem usados 15 litros de água, qual a quantidade **CORRETA** de litros de suco concentrado deve ser usada para manter a mesma proporção?

- (A) 4 litros.
- (B) 5 litros.
- (C) 5,5 litros.
- (D) 6 litros.
- (E) 7 litros.

QUESTÃO 18

Observe a sequência numérica abaixo:

2, 6, 12, 20, 30, \_\_\_\_

Assinale o número **CORRETO** que deve ocupar o próximo lugar na sequência.

- (A) 32.
- (B) 42.
- (C) 43.
- (D) 47.
- (E) 57.

QUESTÃO 19

Uma empresa fabrica um tipo especial de componente eletrônico com 15 técnicos trabalhando 8 horas por dia durante 12 dias. Assim sendo, a empresa consegue produzir 4.320 unidades do produto. Após uma reestruturação, a empresa decide aumentar a produtividade em 20% e quer produzir 7.776 unidades em 10 dias, mantendo a carga horária diária.

Tendo como base a regra de três composta e considerando o aumento percentual de produtividade, assinale a quantidade **CORRETA** de técnicos que serão necessários para essa empreitada.

- (A) 21.
- (B) 23.
- (C) 24.
- (D) 25.
- (E) 27.

**QUESTÃO 20**

Em uma empresa de análise de dados, 40% dos funcionários são analistas de dados e o restante são engenheiros de software. Sabe-se que 30% dos analistas de dados possuem certificação internacional, enquanto 20% dos engenheiros de software também possuem essa certificação. Se um funcionário for escolhido ao acaso, a probabilidade (em %) de ele possuir certificação internacional é de?

- (A) 22%.
- (B) 23%.
- (C) 24%.
- (D) 25%.
- (E) 26%.

**QUESTÃO 21**

Uma empresa reajustou o salário de um grupo de funcionários em +15% no início do ano. Seis meses depois, devido à crise econômica, aplicou uma redução de 10% sobre o valor já reajustado. Passados mais seis meses, concedeu um novo aumento de 8% sobre o salário então vigente. Sabendo que, após todos os reajustes, o salário final de um funcionário é de R\$ 5.702,40, qual era o salário inicial antes de qualquer alteração?

- (A) R\$5.050,00.
- (B) R\$5.100,00.
- (C) R\$5.150,00.
- (D) R\$5.250,00.
- (E) R\$5.300,00.

**QUESTÃO 22**

Considerando o sistema linear:

$$\begin{aligned}x + 2y - z &= 3 \\2x - y + 3z &= 7 \\3x + y + 2z &= 10\end{aligned}$$

O valor **CORRETO** da soma  $x + y + z$  que satisfaz esse sistema é:

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

**QUESTÃO 23**

Seja a expressão:

$$E = \sqrt{50} - 2\sqrt{8} + \sqrt{18}.$$

O valor simplificado **CORRETO** de  $E$  é:

- (A)  $4\sqrt{2}$ .
- (B)  $3\sqrt{2}$ .
- (C)  $5\sqrt{2}$ .
- (D)  $1\sqrt{2}$ .
- (E)  $6\sqrt{2}$ .

**QUESTÃO 24**

Uma determinada universidade do interior do estado deseja mensurar o impacto de um programa de bolsas de estudo em relação a evasão escolar. No ano anterior à essa implementação, a taxa de evasão era de 18% dos alunos matriculados. Após um ano de funcionamento do programa, a evasão foi reduzida para 13,5%. Percebe-se que o total de alunos matriculados se manteve constante. Com base nesses dados, assinale a alternativa **CORRETA** quanto a redução percentual relativa na taxa de evasão em relação à taxa original.

- (A) 4,7%.
- (B) 25%.
- (C) 33,4%.
- (D) 74%.
- (E) 134%.

**QUESTÃO 25**

Uma empresa de tecnologia possui 400 funcionários. Sabe-se que:

- 60% deles trabalham no setor de Desenvolvimento;
- 30% deles trabalham no setor de Suporte;
- Os demais trabalham em Administração.

Entre os funcionários do setor de Desenvolvimento, 40% são mulheres, e no setor de Suporte, 50% são mulheres. No setor de Administração, 75% são homens. Com base nas informações acima, assinale qual a porcentagem total de mulheres na empresa.

- (A) 38,5%.
- (B) 40%.
- (C) 41,5%.
- (D) 45%.
- (E) 46,25%.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 26**

Após o encerramento do processo administrativo de constituição do crédito tributário, a Fazenda Pública municipal procedeu à inscrição de determinado débito em dívida ativa. A empresa devedora, ao ser citada em execução fiscal, alegou nulidade da inscrição, sustentando ausência de elementos essenciais à formação do título executivo. A autoridade fazendária, por sua vez, defendeu a validade do ato, argumentando tratar-se de procedimento regular e dotado de presunção de legitimidade.

Considerando a natureza jurídica da inscrição e seus efeitos sobre a exigibilidade do crédito, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) A inscrição em dívida ativa é ato vinculado e formal, cuja validade depende da presença de elementos que permitam a identificação precisa do sujeito passivo, do valor exigido e da origem do crédito.
- (B) A dívida ativa, uma vez inscrita, adquire natureza de título judicial, tornando-se imune a questionamentos administrativos ou judiciais acerca da sua formação.
- (C) A presunção de certeza e liquidez da certidão de dívida ativa é absoluta, razão pela qual o contribuinte somente pode impugná-la após o pagamento integral do débito.
- (D) O ato de inscrição constitui etapa discricionária do processo de cobrança tributária, cabendo à Administração decidir sobre sua conveniência ou oportunidade.

(E) A inscrição em dívida ativa produz automaticamente a constrição de bens do devedor, independentemente de prévia manifestação do Poder Judiciário.

**QUESTÃO 27**

Ao longo de uma ação fiscalizatória, o auditor identificou omissões no recolhimento de tributos declarados, procedendo ao lançamento de ofício para constituição do crédito tributário. No curso da apuração, a empresa apresentou pedido de parcelamento e questionou a validade da cobrança, alegando que o lançamento deveria ser suspenso até a conclusão do recurso administrativo.

Considerando a natureza jurídica do lançamento e os efeitos das causas que interferem na exigibilidade do crédito, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário depende da manifestação discricionária da autoridade fazendária, que poderá concedê-la sempre que houver recurso ou pedido administrativo pendente.
- (B) A exclusão do crédito tributário ocorre nas hipóteses de anistia e isenção, ambas dependentes de lei específica e com efeitos que impedem o próprio nascimento da obrigação tributária.
- (C) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas não extingue o crédito, que apenas se considera quitado após o adimplemento integral das parcelas pactuadas.
- (D) O lançamento de ofício é ato discricionário, pois permite ao auditor fiscal avaliar a conveniência de proceder à constituição do crédito conforme critérios de economicidade e oportunidade.
- (E) A extinção do crédito tributário depende, em qualquer caso, de decisão judicial transitada em julgado, que reconheça a validade do pagamento ou da compensação efetuada.

**QUESTÃO 28**

Em auditoria sobre operações de circulação de mercadorias, constatou-se que a empresa deixou de recolher ICMS relativo a saídas regularmente documentadas no mês anterior. A defesa alegou inexistir obrigação tributária principal por falta de notificação de lançamento, sustentando que somente após essa formalidade haveria exigibilidade.

À luz da sistemática tributária (distinção entre obrigação, crédito e exigibilidade), aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A obrigação tributária principal somente nasce após a notificação do lançamento ao sujeito passivo, momento em que se inaugura o dever jurídico de pagar.

(B) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato previsto em lei como gerador do tributo, sendo independente de ato posterior de constituição administrativa.

(C) No ICMS, a responsabilidade pelo recolhimento recai invariavelmente sobre o adquirente, que é o responsável legal pelo adimplemento, ainda que a legislação estadual disponha em sentido diverso.

(D) A prescrição e a decadência extinguem a obrigação tributária principal e operam como causas de inexigibilidade, ainda que o crédito não tenha sido formalmente constituído.

(E) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a exigibilidade depende de homologação expressa; enquanto não homologado formalmente, inexistente obrigação principal exigível.

**QUESTÃO 29**

Em meio a uma auditoria fiscal, o auditor identificou que a empresa auditada adotava práticas tributárias amparadas em interpretações administrativas e portarias ministeriais que modificavam, de forma indireta, a base de cálculo de determinado tributo. A análise exigiu do auditor a observância rigorosa dos princípios estruturantes do sistema tributário nacional, em especial a legalidade e a anterioridade, pilares de proteção da segurança jurídica e da previsibilidade fiscal.

Considerando o regime jurídico dos tributos e os princípios gerais que limitam o poder de tributar, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O princípio da legalidade tributária constitui limite formal ao poder de tributar, impondo que a criação, majoração ou extinção de tributos somente possa ocorrer mediante lei em sentido estrito.

(B) A anterioridade tributária, como expressão da vedação à surpresa fiscal, impede a exigência de tributos no mesmo exercício financeiro em que instituídos, salvo hipóteses de exceção constitucionalmente previstas.

(C) O princípio da legalidade não obsta que o Poder Executivo altere alíquotas de tributos mediante ato infralegal, desde que exista autorização legal prévia que defina limites, condições e critérios objetivos para essa variação.

(D) A legalidade tributária admite que o Executivo, por ato normativo secundário, modifique a base de cálculo de tributo, desde que a finalidade seja ajustar a arrecadação às metas fiscais estabelecidas em lei orçamentária.

(E) A anterioridade é inaplicável a determinados tributos de caráter extrafiscal, como o imposto sobre importação, cuja função regulatória justifica a imediata eficácia das alterações promovidas pelo Executivo.

**QUESTÃO 30**

Na condução de uma auditoria interna realizada pela Controladoria Geral do Município em contratos de prestação de serviços de saúde, verificou-se a ausência de critérios uniformes para aferição de resultados e inconsistências na execução financeira. A equipe de auditoria buscou estruturar o trabalho conforme as normas de auditoria aplicáveis ao setor público, priorizando materialidade, risco e relevância.

Considerando as boas práticas de auditoria governamental e as finalidades do controle interno municipal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O planejamento de auditoria deve abranger a identificação de riscos e a definição de critérios de materialidade, mas a seleção de amostras pode ser feita de modo discricionário pelo auditor responsável, com base em sua experiência profissional.

(B) O relatório de auditoria tem caráter opinativo e prescinde de correlação entre achados, causas e efeitos, uma vez que seu papel primordial é comunicar observações de conformidade administrativa.

(C) A auditoria operacional municipal deve restringir-se à verificação de cumprimento de metas fiscais, cabendo ao controle externo apreciar a eficiência e a efetividade das políticas públicas.

(D) A definição dos achados de auditoria deve considerar exclusivamente o descumprimento de normas legais, não se estendendo à análise de economicidade ou à razoabilidade do gasto público.

(E) A execução da auditoria deve contemplar procedimentos de verificação e análise crítica, cabendo ao auditor avaliar a consistência das evidências obtidas e sua suficiência para fundamentar as conclusões do relatório.

**QUESTÃO 31**

Em uma auditoria interna, verificou-se que um auditor fiscal teria deixado de registrar, em seu relatório, informações que indicavam possível subfaturamento em operação fiscalizada, o que resultou em perda de receita tributária. Diante da gravidade da omissão, instaurou-se processo administrativo disciplinar para apurar eventual responsabilidade funcional e, paralelamente, o Ministério Público foi comunicado para análise de possível repercussão penal.

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos e a legislação aplicável à improbidade administrativa e aos crimes funcionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A omissão dolosa de informação relevante em relatório fiscal pode configurar ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração, sujeitando o agente à pena de demissão e à responsabilização civil e penal, cumulativamente.

(B) A conduta do auditor fiscal, ainda que culposa, enseja crime funcional, bastando a comprovação de prejuízo ao erário, independentemente de intenção.

(C) A instauração de processo penal impede a continuidade do processo administrativo disciplinar, em respeito ao princípio da vedação à dupla persecução estatal.

(D) A responsabilização administrativa do servidor exime-o da obrigação de ressarcir o erário, desde que a sanção disciplinar seja aplicada antes do trânsito em julgado da ação civil.

(E) A tipificação penal de peculato é incompatível com omissões funcionais, restringindo-se aos casos em que há apropriação direta de valores públicos.

**QUESTÃO 32**

No contexto de uma auditoria na Secretaria Municipal de Finanças, constatou-se que o sistema de controle contábil não distinguia adequadamente as fases de reconhecimento e ingresso da receita pública, comprometendo a confiabilidade dos relatórios fiscais.

Considerando a sequência lógica e as definições técnicas dos estágios da receita pública no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O estágio da previsão corresponde ao reconhecimento contábil da receita efetiva, sendo registrado no momento em que ocorre o ingresso dos recursos financeiros nos cofres públicos.

(B) O lançamento representa o ato de verificação da ocorrência do fato gerador e de constituição do crédito a favor do ente público, formalizando a exigibilidade da receita tributária.

(C) A arrecadação é a etapa em que o ente público estima o potencial de receitas do exercício, servindo de base para a elaboração da proposta orçamentária.

(D) O recolhimento consiste na estimativa das receitas previstas em lei orçamentária, refletindo a projeção de ingresso financeiro durante o exercício.

(E) A previsão e o lançamento ocorrem simultaneamente, uma vez que ambos se referem ao reconhecimento contábil de valores ingressados no erário.

**QUESTÃO 33**

No âmbito de uma auditoria fiscal em um município de médio porte, verificou-se que determinado imóvel urbano, de titularidade de uma pessoa jurídica, vinha sendo utilizado exclusivamente para fins residenciais por um de seus sócios, sem que houvesse alteração cadastral perante o fisco municipal. O auditor fiscal deve apurar a correta incidência do IPTU, considerando os elementos que compõem o fato gerador, a base de cálculo e a sujeição passiva do tributo.

Com base nos princípios e normas gerais do direito tributário e na legislação aplicável aos tributos municipais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O fato gerador do IPTU decorre da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel localizado em zona urbana, sendo irrelevante a destinação econômica ou a titularidade formal do bem para fins de incidência tributária.

(B) A base de cálculo do IPTU corresponde ao valor venal do terreno e das construções nele existentes, podendo o município fixar critérios de apuração com base em planta genérica de valores, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e da anterioridade.

(C) A sujeição passiva do IPTU recai sobre o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, sendo possível a atribuição de responsabilidade solidária entre possuidor e proprietário, conforme dispuser a legislação municipal.

(D) O uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais de sócio pessoa física descaracteriza a incidência do IPTU, configurando hipótese de isenção subjetiva em razão da destinação familiar do bem.

(E) A pessoa jurídica proprietária do imóvel é isenta do IPTU quando o bem é ocupado por um de seus sócios, pois o uso residencial afasta o caráter de propriedade para fins de tributação real.

**QUESTÃO 34**

Em fase de uma auditoria de regularidade fiscal, constatou-se que um consórcio público intermunicipal estava arrecadando o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em nome de diversos municípios consorciados, mediante convênio administrativo. O auditor municipal levantou dúvidas quanto à legitimidade desse procedimento, à luz das regras constitucionais de competência tributária e da capacidade ativa para arrecadação.

Considerando o regime jurídico da competência tributária e as limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A competência tributária dos Municípios para instituir o ISS é indelegável, mas a capacidade ativa para arrecadar e fiscalizar o tributo pode ser exercida por consórcio público, desde que haja previsão legal e convênio formalmente constituído.

(B) A competência tributária municipal pode ser delegada a outro ente federativo mediante convênio, quando se tratar de tributo de interesse comum, em razão do princípio da eficiência administrativa.

(C) A arrecadação do ISS por consórcio público é vedada, uma vez que a competência tributária municipal é personalíssima e intransferível, abrangendo também a execução administrativa da cobrança.

(D) A União pode editar lei complementar autorizando a centralização da arrecadação do ISS pelos Estados, desde que haja adesão expressa dos Municípios e contrapartida financeira.

(E) A criação de consórcios para gestão compartilhada de receitas municipais fere o pacto federativo, por implicar renúncia tácita à competência tributária prevista no texto constitucional.

**QUESTÃO 35**

O Município de Cairu aprovou, no segundo semestre, uma norma que atualizou a metodologia de apuração da Taxa de Fiscalização de Atividades Econômicas, adotando parâmetros técnicos revisados com base em estudos setoriais e consultas públicas. A norma foi regularmente sancionada e estabeleceu vigência para o exercício seguinte, sem aplicação retroativa.

Alguns contribuintes, contudo, apresentaram impugnações administrativas alegando que a nova fórmula de cálculo representava “surpresa fiscal” e comprometia a previsibilidade das obrigações tributárias.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA** quanto à validade da atuação tributária municipal.

(A) A norma é ilegítima, pois qualquer alteração na estrutura de cálculo de taxa demanda lei complementar específica e anuência prévia do Tribunal de Contas para produzir efeitos prospectivos.

(B) A norma é ineficaz quanto à aplicação no exercício seguinte, pois alterações em critérios de cálculo devem observar não apenas a anterioridade temporal, mas também o princípio da anualidade contábil, de natureza infraconstitucional.

(C) A majoração da taxa, ainda que futura, compromete a estabilidade tributária do contribuinte, que possui legítima expectativa de manutenção das alíquotas anteriores durante todo o ciclo econômico em curso.

(D) O ato normativo municipal é válido e eficaz, uma vez que observou o processo legislativo regular, respeitou a temporalidade de incidência e assegurou o direito de adaptação do contribuinte, preservando a boa-fé e a previsibilidade jurídica.

(E) A validade da norma depende de regulamentação posterior do Poder Executivo, sem a qual a cobrança se tornaria juridicamente precária e passível de nulidade formal.

**QUESTÃO 36**

No Município de Cairu, uma auditoria de rotina revelou que uma empresa de médio porte deixou de recolher tributos devidos em razão de ter adotado, de forma sistemática, uma interpretação própria de dispositivos tributários municipais. A empresa argumentou que não houve intenção de suprimir tributo, mas apenas erro na compreensão da norma.

O setor de fiscalização, por sua vez, entendeu que a irregularidade, embora não dolosa, configurava descumprimento de obrigação principal, sujeitando o contribuinte à penalidade prevista em regulamento.

Considerando a natureza objetiva da infração tributária e os limites da responsabilidade sancionatória do contribuinte, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A ausência de dolo na conduta afasta a tipicidade administrativa da infração, restringindo a atuação do Fisco à exigência do crédito tributário principal.

(B) A infração tributária, por decorrer de fato gerador não adimplido, configura-se independentemente da intenção do sujeito passivo, bastando a simples inobservância da norma de conduta tributária.

(C) A conduta equivocada na interpretação da norma não pode ser sancionada, desde que a divergência hermenêutica decorra de norma de conteúdo indeterminado e ausência de precedentes administrativos firmes.

(D) O erro de interpretação de boa-fé, ainda que alegado, não elide a responsabilidade tributária, mas impede a constituição de penalidade, por ausência de elemento subjetivo na conduta.

(E) A espontaneidade na regularização do débito após a lavratura do auto de infração exclui integralmente a imposição de multa punitiva, preservando apenas os acréscimos moratórios.

**QUESTÃO 37**

Enquanto era conduzida uma auditoria fiscal no Município de Cairu, um auditor identificou que o contador de uma empresa suprimiu informações contábeis relevantes, reduzindo artificialmente a base de cálculo dos tributos devidos.

Ciente da irregularidade, o agente público optou por não comunicar o fato às instâncias competentes, alegando que não havia prejuízo comprovado ao erário.

Com base na responsabilidade funcional do agente público e nos princípios que regem a administração tributária, analise as assertivas abaixo e a seguir, aponte a alternativa **CORRETA**.

I. O agente público que, tendo conhecimento de irregularidade fiscal, omite-se de adotar as providências cabíveis, incorre em infração funcional por violação ao dever de agir e à moralidade administrativa.

II. A responsabilidade administrativa do servidor público é independente das esferas civil e penal, podendo coexistir com estas, desde que fundamentada em conduta funcional típica.

III. A omissão dolosa do auditor, quando resultar em favorecimento indevido, pode configurar ato de improbidade administrativa, sujeitando o agente à perda da função e suspensão dos direitos políticos.

IV. A ausência de prejuízo financeiro efetivo ao erário exclui a responsabilidade administrativa, pois o dever de agir do servidor está condicionado à materialização do dano público.

- (A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (D) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 38**

A repartição constitucional de receitas no Brasil constitui um dos pilares da autonomia financeira dos entes federados, funcionando como instrumento de descentralização fiscal e equalização regional.

No Município de Cairu, o auditor fiscal foi designado para examinar a conformidade dos repasses constitucionais provenientes de tributos estaduais e federais, notadamente quanto à correta observância dos critérios de partilha.

Durante a análise, o auditor verificou divergências nas transferências de ICMS e na composição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Considerando os parâmetros constitucionais de repartição das receitas tributárias e a finalidade federativa desses mecanismos, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Fundo de Participação dos Municípios é composto por percentual da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, cujos coeficientes de rateio são definidos pela União com base em indicadores demográficos e econômicos oficiais.

(B) O produto da arrecadação do IPVA pertence aos Estados e ao Distrito Federal, devendo 50% ser repassado aos Municípios onde os veículos estejam registrados.

(C) O IOF incidente sobre o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, constitui receita exclusiva da União, sem partilha com os demais entes federados.

(D) A parcela de 25% do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios tem sua distribuição interna integralmente disciplinada por lei estadual, que pode adotar critérios diversos como população, área e desenvolvimento econômico.

(E) A repartição constitucional de receitas tem natureza de norma estruturante, só podendo ser modificada por emenda à Constituição, jamais por lei ordinária ou medida provisória.

**QUESTÃO 39**

Durante auditoria realizada no Município de Cairu, a equipe de controle interno constatou inconsistências na compatibilização entre os instrumentos de planejamento governamental — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os auditores observaram que determinados programas previstos no PPA não estavam devidamente refletidos nas metas e prioridades da LDO, tampouco receberam dotações compatíveis na LOA subsequente.

Diante da análise técnico-contábil, o coordenador da auditoria elaborou relatório apontando violação aos princípios de planejamento, equilíbrio fiscal e consistência intertemporal das políticas públicas, recomendando ajustes na elaboração das próximas peças orçamentárias.

Com base nas normas que regem o planejamento orçamentário municipal e na articulação obrigatória entre esses instrumentos, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A LOA possui autonomia técnica e financeira para incluir dotações não previstas no PPA, desde que aprovadas pela Câmara Municipal mediante parecer favorável da Comissão de Finanças.

(B) O PPA, por ter vigência quadrienal, não pode ser alterado durante o mandato, salvo na hipótese de superávit fiscal ou revisão das metas de resultado primário.

(C) A LDO é instrumento de natureza eminentemente financeira, não devendo conter disposições relacionadas à política de pessoal, metas fiscais ou alterações na legislação tributária.

(D) A incompatibilidade entre a LOA e o PPA não compromete a legalidade do orçamento, desde que a execução orçamentária observe o princípio da anualidade.

(E) A LDO, ao estabelecer metas e prioridades da administração municipal, deve manter coerência com o PPA, de modo a orientar a elaboração da LOA e assegurar a integração entre planejamento de médio prazo e execução anual.

#### QUESTÃO 40

No curso de uma auditoria fiscal no Município de Cairu, a equipe técnica constatou que as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sem que fossem adotadas medidas corretivas no prazo legal.

Verificou-se também que os Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária não estavam sendo amplamente divulgados em meios eletrônicos de acesso público, contrariando o princípio da transparência e do controle social.

No relatório preliminar, os auditores recomendaram à gestão municipal a adoção de providências voltadas à recomposição do equilíbrio fiscal e à ampliação da transparência ativa, em conformidade com os princípios da gestão fiscal responsável.

Considerando as disposições da LRF e os fundamentos da administração pública voltados à responsabilidade fiscal, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A superação do limite de despesas com pessoal pode ser compensada pela majoração de receitas correntes, desde que não implique aumento de carga tributária no exercício subsequente.

(B) O município deve adotar medidas imediatas de recondução da despesa com pessoal, priorizando a exoneração de servidores não estáveis e a restrição de criação de cargos ou funções até o retorno aos limites legais.

(C) O descumprimento dos limites de despesa com pessoal pode ser temporariamente relevado, caso a elevação decorra de ampliação de programas sociais de interesse público.

(D) A transparência fiscal exige apenas a publicação dos relatórios de gestão fiscal em diário oficial, sendo facultativa a divulgação em meio eletrônico de livre acesso.

(E) A LRF autoriza a manutenção de despesas acima do limite legal desde que comprovada a inexistência de déficit primário ao final do exercício financeiro.

#### QUESTÃO 41

No âmbito da fiscalização tributária municipal, foi detectado um débito relativo ao Imposto sobre Serviços (ISS) cujo lançamento não havia sido formalizado dentro do prazo legal.

Durante a análise do caso, a equipe de auditoria foi instada a emitir parecer técnico sobre a validade do crédito tributário e a possibilidade de exigibilidade judicial, tendo em vista os institutos da decadência e da prescrição, que limitam o exercício do poder de tributar e da pretensão executiva estatal.

Considerando a sistemática jurídica que rege a constituição e a cobrança do crédito tributário no ordenamento brasileiro, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, extinguindo-se o direito potestativo de constituí-lo findo esse prazo.

(B) O prazo prescricional incide sobre o crédito tributário já definitivamente constituído e é interrompido pelo despacho do juiz que ordena a citação na execução fiscal, restabelecendo-se a contagem a partir do ato interruptivo.

(C) A decadência atinge o direito de lançar, impedindo o nascimento válido do crédito tributário, enquanto a prescrição fulmina a pretensão de cobrá-lo judicialmente, após sua constituição definitiva.

(D) A decadência e a prescrição possuem natureza de ordem pública, não podendo ser objeto de renúncia ou ampliação de prazo por ato voluntário da Administração ou do contribuinte.

(E) A decadência pode ser interrompida por ato administrativo de fiscalização ou notificação preliminar que revele a intenção da autoridade tributária de constituir o crédito tributário.

#### QUESTÃO 42

Durante o trâmite de um processo administrativo tributário instaurado para apuração de omissão de receitas, a empresa XYZ Ltda apresentou impugnação alegando vício formal na notificação inicial, sob o argumento de violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

O auditor responsável deve observar que o processo administrativo tributário constitui expressão do devido processo legal no âmbito fiscal, assegurando ao contribuinte não apenas a manifestação e produção de provas, mas também a motivação e publicidade dos atos decisórios.

Considerando os princípios, fases e garantias que regem o processo administrativo tributário no ordenamento jurídico brasileiro, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O contraditório, no processo administrativo tributário, pressupõe a efetiva ciência do contribuinte acerca dos atos processuais e a oportunidade de contrariá-los, garantindo-lhe paridade de armas frente à Administração.

(B) A notificação válida do sujeito passivo é requisito essencial para a formação da relação processual administrativa, sendo nulos os atos subsequentes se ela não assegurar a ciência inequívoca do contribuinte.

(C) A decisão administrativa final pode ser proferida independentemente de fundamentação explícita, desde que o contribuinte tenha sido formalmente intimado e não apresente novos elementos probatórios.

(D) A legalidade é princípio estruturante do processo administrativo fiscal, impondo que toda atuação da autoridade se fundamente em norma previamente estabelecida, sob pena de nulidade do ato administrativo.

(E) O princípio da eficiência exige que o processo administrativo tributário observe celeridade e racionalidade procedimental, sem prejuízo das garantias processuais do contribuinte.

**QUESTÃO 43**

Durante procedimento de fiscalização tributária, o auditor responsável analisou operação comercial em que a empresa atuada sustentava isenção fiscal com base em interpretação extensiva de norma tributária que tratava de hipótese análoga, mas não idêntica, à situação concreta.

O caso demandou apreciação criteriosa dos métodos de interpretação e integração normativa, a fim de se determinar o alcance da norma isentiva e a eventual possibilidade de suprimento de lacunas do sistema tributário.

Considerando os critérios hermenêuticos e os mecanismos de integração aplicáveis ao Direito Tributário, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A interpretação extensiva é inaplicável às normas que concedem isenção ou benefício fiscal, as quais devem ser interpretadas restritivamente, sob pena de ampliação indevida de renúncias de receita não previstas pelo legislador.

(B) A analogia é admitida para estender hipóteses de isenção e imunidade tributária a situações não expressamente previstas em lei, desde que haja identidade de finalidade entre elas.

(C) Na ausência de disposição específica, admite-se a aplicação de princípios gerais do direito público e tributário como instrumentos integrativos, desde que observados os limites da legalidade e da tipicidade tributária.

(D) É vedado ao intérprete utilizar a analogia para criar tributos, majorar obrigações ou estabelecer penalidades, em razão do princípio da reserva legal que rege o poder de tributar.

(E) A interpretação sistemática visa harmonizar o conteúdo das normas tributárias com o ordenamento jurídico como um todo, de modo a evitar contradições e assegurar coerência normativa.

**QUESTÃO 44**

O ciclo da despesa pública reflete a materialização do planejamento orçamentário, traduzindo em atos concretos as previsões estabelecidas na lei orçamentária.

Na rotina administrativa de Cairu, a equipe de auditoria identificou divergências entre os registros contábeis e os documentos de execução financeira, especialmente quanto à formalização dos empenhos e à comprovação de liquidação.

Em situações como essa, cabe ao auditor fiscal examinar o cumprimento das etapas legais da despesa — empenho, liquidação e pagamento — e verificar se foram observados os princípios da legalidade, legitimidade e responsabilidade fiscal.

Considerando a natureza jurídica e as finalidades de cada estágio da despesa pública, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O empenho é o ato da administração que cria para o ente público obrigação de pagamento pendente de condição futura, limitando-se ao valor autorizado na lei orçamentária.

(B) A liquidação corresponde à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos que comprovam o adimplemento da obrigação contratual.

(C) O pagamento encerra o ciclo da despesa, extinguindo a obrigação mediante desembolso financeiro, desde que observada a ordem cronológica de exigibilidade.

(D) É admissível a emissão de empenho sem cobertura orçamentária prévia, desde que o gestor justifique tecnicamente a urgência e regularize o crédito posteriormente.

(E) A liquidação é etapa preparatória do pagamento e tem por finalidade assegurar a correspondência entre o bem ou serviço recebido e o valor a ser quitado.

**QUESTÃO 45**

No exercício da função de auditoria, um auditor fiscal da Prefeitura de Cairu identificou que uma portaria municipal instituiu uma nova taxa pela coleta de resíduos sólidos urbanos, sem lei anterior que definisse o fato gerador, a base de cálculo ou o sujeito passivo.

Diante do caso, o auditor deve avaliar a validade do ato administrativo tributário, seus atributos jurídicos e a espécie normativa empregada, considerando os princípios da legalidade tributária, da hierarquia das normas e da tipicidade cerrada.

Analise as assertivas abaixo e a seguir, aponte a alternativa **CORRETA**.

I. A criação ou majoração de tributo depende de lei formal, sendo vedada sua instituição por meio de ato administrativo secundário, como portaria, instrução normativa ou decreto.

II. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é relativa e não supre a ausência de fundamento legal, podendo ser afastada pelo controle judicial ou administrativo.

III. A autoexecutoriedade autoriza a cobrança imediata de tributos instituídos por ato administrativo, desde que haja interesse público e previsão orçamentária.

IV. As portarias e instruções normativas podem disciplinar obrigações acessórias de natureza tributária, mas não criar obrigações principais sem respaldo em lei.

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 46**

No exercício de suas atribuições, um auditor fiscal municipal examina o recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) relativo à transferência de um imóvel utilizado na integralização do capital social de uma empresa recém-constituída. O contribuinte alega não haver incidência do imposto, sustentando que a operação se enquadra na hipótese de exclusão prevista no art. 156, §2º, I, da Constituição Federal, pois a transferência foi realizada em nome de pessoa jurídica cuja atividade preponderante não é imobiliária e cujo sócio detém integralmente o capital social.

Considerando a natureza jurídica do ITBI, suas hipóteses de incidência e exclusão, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, ainda que o adquirente detenha a totalidade do capital social, desde que a atividade preponderante da sociedade não seja a compra e venda de imóveis.
- (B) A transmissão de bens imóveis por meio de doação não constitui hipótese de incidência do ITBI, mas sim do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), de competência estadual.
- (C) A não incidência do ITBI nas hipóteses de fusão, incorporação ou cisão não se aplica quando a atividade preponderante da sociedade resultante for a exploração de atividade imobiliária.
- (D) O ITBI tem como hipótese de incidência a transmissão onerosa inter vivos, envolvendo bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, excetuados os de garantia.
- (E) A imunidade prevista no art. 156, §2º, I, da CF, abrange a integralização de capital social com bens imóveis, ainda que posteriormente a sociedade passe a exercer atividade imobiliária preponderante.

**QUESTÃO 47**

Em auditoria de rotina, verificou-se que a Secretaria da Fazenda do Estado de Cairu adotou um sistema informatizado de controle interno destinado ao acompanhamento em tempo real da arrecadação tributária e à identificação de inconsistências fiscais. O objetivo do sistema é reforçar a responsabilidade fiscal, aprimorar a confiabilidade das informações contábeis e prevenir desvios de conduta administrativa.

Entretanto, o controle interno deve atuar de forma complementar e coordenada com o controle externo, exercido por órgãos constitucionalmente autônomos, para assegurar a integridade da gestão pública e a observância dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência.

Considerando as funções institucionais dos controles interno e externo na Administração Tributária, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle interno é responsável por emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Chefe do Executivo e por julgar atos de gestão fiscal, funções que caracterizam o exercício típico do controle externo.

(B) O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, tem por finalidade apreciar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos da Administração, enquanto o controle interno atua na prevenção, detecção e correção de irregularidades no âmbito da própria entidade.

(C) O controle interno possui competência para aplicar sanções aos gestores públicos e sustar despesas irregulares, cabendo ao controle externo apenas a análise contábil e estatística.

(D) O controle externo, exercido pelos Tribunais de Contas, é responsável pela gestão operacional dos sistemas eletrônicos de arrecadação, cabendo ao controle interno apenas verificar o cumprimento das metas fiscais.

(E) O controle interno e o controle externo possuem competências equivalentes e sobrepostas, sendo ambos responsáveis pela apreciação final das contas públicas.

**QUESTÃO 48**

Na condução de uma auditoria tributária no Município de Cairu, constatou-se que uma empresa de consultoria tecnológica, anteriormente sediada em Cairu, transferiu formalmente sua sede para o Município de Porto Azul, onde a alíquota do ISS é significativamente inferior.

Entretanto, verificou-se que as atividades de prestação de serviços, contratos e emissão de notas fiscais continuaram sendo executadas integralmente nas dependências situadas em Cairu, inclusive com a manutenção de toda a equipe técnica e estrutura operacional.

Diante dessa situação, o auditor deve avaliar a competência tributária municipal efetiva, a natureza jurídica da operação e a validade da transferência de sede para fins fiscais.

Com base na legislação tributária e nos princípios que regem o ISS, analise as assertivas a seguir e aponte a alternativa **CORRETA**.

I. O Município de Porto Azul é o competente para exigir o ISS, por ser o local da sede formal da pessoa jurídica prestadora, independentemente de onde se desenvolvam as atividades.

II. A transferência fictícia de sede, quando demonstrada a manutenção da estrutura material e da execução dos serviços em outro município, caracteriza simulação tributária, autorizando o ente de fato competente a efetuar o lançamento.

III. A elisão fiscal, quando praticada dentro dos limites legais, é lícita; entretanto, a simulação configurada com o intuito de reduzir indevidamente a carga tributária constitui evasão e enseja autuação e cobrança retroativa do imposto devido.

IV. O princípio da territorialidade do ISS determina que o imposto é devido, via de regra, no local onde o serviço é prestado, ressalvadas as hipóteses específicas de exceção previstas em lei complementar.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 49**

No período de revisão do sistema tributário do Município de Cairu, a equipe de auditoria fiscal foi instada a elaborar parecer técnico sobre os limites constitucionais e legais da competência tributária municipal, especialmente quanto à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em operações complexas.

O estudo envolveu análise de casos em que há sobreposição de elementos materiais entre serviços e circulação de mercadorias, bem como situações de locação, cessão de uso e prestação gratuita. A equipe também considerou decisões dos tribunais superiores que delimitam a incidência do ISS em face da competência estadual e da natureza jurídica dos contratos.

Com base na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e na jurisprudência consolidada, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O imposto municipal sobre serviços incide sobre qualquer atividade que envolva esforço humano, inclusive sobre contratos de locação de bens móveis, desde que haja contraprestação econômica e habitualidade na execução.

(B) O imposto sobre serviços pode incidir cumulativamente com o imposto estadual sobre circulação de mercadorias, desde que ambos os tributos incidam sobre aspectos distintos da mesma operação.

(C) A competência municipal para tributar serviços está limitada às hipóteses expressamente previstas em norma complementar nacional, sendo vedada a ampliação por analogia ou interpretação extensiva.

(D) A prestação de serviços gratuitos configura fato gerador do imposto municipal, quando realizada por pessoa jurídica com finalidade lucrativa, em razão da presunção de habitualidade e capacidade contributiva.

(E) A incidência do imposto municipal sobre cessão de direito de uso de *software* independe da forma de disponibilização, sendo irrelevante a distinção entre *software* personalizado e padronizado.

**QUESTÃO 50**

O debate sobre a reforma tributária brasileira reacendeu discussões estruturais sobre o federalismo fiscal e a autonomia financeira dos entes subnacionais. Entre as propostas em tramitação, destaca-se a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, em substituição ao ICMS e ao ISS.

Embora o modelo prometa uniformização normativa e simplificação arrecadatória, ele suscita preocupações quanto à capacidade municipal de gerir receitas próprias e à dependência de repasses intergovernamentais.

Considerando os princípios da autonomia federativa, da não concentração de receitas e os possíveis impactos sobre a administração tributária municipal, aponte a alternativa **CORRETA**.

**(A)** O modelo de IBS, ao centralizar a arrecadação e redistribuir receitas com base em critérios uniformes, tende a reduzir a capacidade dos Municípios de exercer políticas fiscais autônomas, gerando maior dependência de transferências intergovernamentais.

**(B)** A instituição do IBS ampliará a autonomia fiscal dos Municípios, pois lhes conferirá competência exclusiva para fixar alíquotas, gerir arrecadação e definir regimes diferenciados de tributação.

**(C)** A criação do IBS representa avanço para o federalismo cooperativo, pois transfere aos Municípios a prerrogativa de instituir contribuições sociais próprias, compensando a perda de competência sobre o ISS.

**(D)** O desenho institucional do IBS preserva integralmente a autonomia municipal, já que os repasses serão automáticos e desvinculados de critérios de desempenho arrecadatório.

**(E)** A transição para o IBS não altera o equilíbrio federativo, uma vez que os Municípios continuarão arrecadando diretamente os tributos sobre serviços e fixando suas alíquotas conforme legislação local.

**LEGISLAÇÃO**

**QUESTÃO 51**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seus primeiros dispositivos, os fundamentos estruturantes do Estado brasileiro, delineando sua forma de organização política, seus objetivos e princípios que regem suas relações internas e externas.

Considerando as disposições contidas nos artigos 1º a 4º da Constituição Federal, aponte a alternativa **CORRETA**.

**(A)** A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a independência dos Poderes, que asseguram a separação entre os entes federativos.

**(B)** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir a independência nacional, promover a integração latino-americana, reduzir as desigualdades regionais e sociais e assegurar o desenvolvimento sustentável mediante cooperação internacional.

**(C)** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos, da concessão de asilo político, da não intervenção, da autodeterminação dos povos e da defesa da paz, podendo, inclusive, admitir a formação de organização supranacional que restrinja a soberania nacional em prol da integração econômica e social.

**(D)** A forma federativa de Estado adotada pela Constituição de 1988 poderá ser modificada mediante emenda constitucional, desde que aprovada por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, garantindo-se a manifestação popular por meio de plebiscito.

**(E)** A cidadania e a dignidade da pessoa humana são valores supremos que integram os objetivos fundamentais da República, orientando a atuação estatal na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária e no combate a todas as formas de discriminação.

**QUESTÃO 52**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, assegurando proteção à liberdade, à igualdade, à propriedade e à dignidade da pessoa humana, entre outros valores essenciais ao Estado Democrático de Direito. Tais direitos possuem aplicação imediata e vinculam diretamente os poderes públicos, irradiando-se por todo o ordenamento jurídico.

Com base nas disposições constitucionais contidas nos artigos 5º a 17 da Constituição Federal, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A inviolabilidade do domicílio constitui direito absoluto, sendo vedada sua violação mesmo por ordem judicial, salvo em situações excepcionais de flagrante delito ou de desastre natural.

(B) O direito de reunião pacífica em locais abertos ao público independe de autorização prévia, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo, contudo, necessário aviso prévio à autoridade competente.

(C) A liberdade de associação inclui a possibilidade de criação compulsória de entidades representativas de classe, desde que garantido o direito de livre filiação e assegurada a transparência em sua administração interna.

(D) A prisão de qualquer pessoa somente poderá ocorrer por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, sendo vedada a prisão em flagrante delito sem prévia autorização judicial.

(E) É livre a manifestação do pensamento, sendo admitido o anonimato como forma legítima de proteção à intimidade e ao exercício pleno da liberdade de expressão no Estado Democrático de Direito.

#### QUESTÃO 53

A Constituição Federal de 1988 disciplina a organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelecendo a forma federativa, a autonomia dos entes federados e a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em relação a essas disposições constitucionais (arts. 18 a 31), aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber, desde que a norma suplementar seja submetida previamente ao controle de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

(B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo a forma federativa de Estado cláusula pétrea, insuscetível de abolição por emenda constitucional.

(C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

(D) A autonomia municipal compreende a capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, exercida nos limites constitucionais e legais, e constitui expressão do princípio federativo no âmbito local.

(E) A Câmara Municipal exerce controle externo da administração financeira e orçamentária do Executivo local, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou de órgão equivalente, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

#### QUESTÃO 54

A Constituição da República Federativa do Brasil disciplina no Título III, Capítulo VII, a Administração Pública, estabelecendo princípios, regras e limitações aplicáveis aos agentes públicos e aos atos da gestão estatal. Tais dispositivos constituem pilares estruturais do regime jurídico-administrativo brasileiro e vinculam toda a atuação estatal nas esferas direta e indireta.

Com base nas disposições constitucionais contidas nos arts. 37 a 41 da Constituição Federal, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração e as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que dispensam processo seletivo.

(B) Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições técnicas e operacionais, sendo seu provimento obrigatório por servidores efetivos pertencentes ao quadro permanente da administração direta.

(C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ressalvadas as hipóteses em que houver autorização legislativa específica.

(D) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, desde que aprovado em avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.

(E) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares.

**QUESTÃO 55**

A organização político-administrativa do Estado da Bahia, em harmonia com os princípios constitucionais federais, define a estrutura do Estado, a distribuição de competências e a autonomia dos entes municipais no exercício de suas funções legislativas, administrativas e políticas.

Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Constituição do Estado da Bahia de 1989, analise as assertivas abaixo e aponte a alternativa **CORRETA**.

I. A autonomia municipal compreende, entre outros aspectos, a capacidade de auto-organização, autolegislação e autoadministração, sendo exercida nos limites da Constituição Federal e da Constituição Estadual, não podendo os Municípios editar leis orgânicas com normas de hierarquia superior às constituições federal e estadual.

II. A Constituição do Estado da Bahia prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependem de lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, condicionados à consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas e à divulgação de estudos de viabilidade municipal.

III. Compete aos Municípios legislar concorrentemente com o Estado sobre matérias de interesse local, desde que não haja norma geral estadual disciplinando a matéria, hipótese em que a competência legislativa municipal fica automaticamente suspensa.

IV. É da competência comum do Estado e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas, bem como cuidar da saúde e da assistência pública, proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 56**

A Câmara Municipal exerce papel central na estrutura político-administrativa do Município, representando o povo local e desempenhando funções legislativas, fiscalizadoras e de controle externo da administração. Sua atuação está disciplinada na Lei Orgânica do Município de Cairu, em conformidade com os princípios constitucionais e com a autonomia municipal assegurada pela Constituição Federal.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Cairu (2002), aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) Compete privativamente à Câmara Municipal julgar as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, devendo rejeitá-las caso o parecer prévio do Tribunal de Contas seja desfavorável, salvo decisão fundamentada em sentido contrário tomada por dois terços de seus membros.

(B) Compete à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre tributos municipais, criar e extinguir cargos públicos e fixar a remuneração dos servidores, observadas as limitações constitucionais e legais.

(C) A iniciativa das leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Município é concorrente entre o prefeito e os vereadores, desde que haja previsão no regimento interno da Câmara.

(D) O processo legislativo municipal compreende, entre outras espécies normativas, as emendas à Lei Orgânica, as leis complementares e ordinárias, os decretos legislativos, as resoluções e as medidas provisórias, estas últimas editadas em situações de relevância e urgência pelo prefeito.

(E) A promulgação das leis municipais é ato de competência exclusiva do prefeito, mesmo quando se tratar de lei decorrente de rejeição de veto ou de matéria de iniciativa do Legislativo.

**QUESTÃO 57**

O Poder Executivo municipal é exercido pelo prefeito, a quem incumbe a direção superior da administração local e a execução das políticas públicas, observados os princípios constitucionais e a Lei Orgânica do Município de Cairu.

Com base nessas disposições, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A direção superior da administração municipal, exercida pelo prefeito, compreende a livre nomeação e exoneração de todos os cargos públicos da administração direta e indireta, independentemente de lei autorizativa ou da natureza do cargo.

(B) Compete privativamente ao prefeito sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução, podendo vetar projetos de lei, total ou parcialmente, quando os considerar inconstitucionais ou contrários ao interesse público.

(C) O prefeito poderá delegar parte de suas atribuições aos secretários municipais ou a outras autoridades administrativas, desde que não se trate de competências privativas ou de atos que impliquem responsabilidade política direta.

(D) O veto do prefeito deverá ser fundamentado e comunicado ao presidente da Câmara Municipal dentro do prazo de quinze dias úteis, contados do recebimento do projeto, e poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores.

(E) Se a Câmara Municipal rejeitar o veto, o projeto será reenviado ao prefeito, que deverá promulgá-lo no prazo de quarenta e oito horas, e, em caso de omissão, caberá ao presidente da Câmara fazê-lo.

**QUESTÃO 58**

O regime jurídico dos servidores públicos municipais de Cairu, disciplinado pela Lei nº 89/1998, regula de forma minuciosa os direitos e deveres funcionais, as hipóteses de afastamento e as responsabilidades decorrentes do exercício do cargo.

Considerando essas disposições, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida ao servidor por prazo não superior a dois anos consecutivos, sendo vedada a concessão de nova licença dessa natureza sem que tenha decorrido período mínimo igual ao da licença anteriormente usufruída.

II. A licença para capacitação exige não apenas a comprovação de matrícula no momento do requerimento, mas também a demonstração da efetiva participação no curso durante todo o período de afastamento, sob pena de cassação do benefício.

III. O servidor readaptado em razão de limitação física ou mental será investido em cargo de atribuições compatíveis com sua nova condição e terá preservada sua remuneração, ainda que as novas funções apresentem complexidade ou carga horária inferiores às anteriores.

IV. As responsabilidades administrativa, civil e penal são independentes entre si e podem ser apuradas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza da infração, sem prejuízo de que a mesma conduta seja sancionada em diferentes esferas de responsabilização.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 59**

O regime jurídico dos servidores públicos municipais de Cairu, disciplinado pela Lei nº 89/1998, estabelece um sistema minucioso de deveres, proibições e responsabilidades funcionais, bem como procedimentos administrativos e consequências aplicáveis em caso de infrações disciplinares.

A esse respeito, considerando as disposições do Estatuto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A aplicação de penalidade administrativa depende da prévia apuração do fato por autoridade judicial competente, sendo vedada a instauração de processo disciplinar antes do trânsito em julgado de eventual ação penal.

(B) A penalidade de advertência será aplicada por escrito e, mesmo após o decurso de cinco anos, continuará constando dos assentamentos funcionais do servidor, independentemente de reincidência.

(C) A demissão poderá ser imposta ao servidor que abandonar o cargo por mais de 30 dias consecutivos, aplicar indevidamente recursos públicos ou revelar segredo de que se apropriou em razão do cargo, entre outras hipóteses expressamente previstas no Estatuto.

(D) A sindicância é procedimento obrigatório e prévio à abertura de processo administrativo disciplinar, sendo sempre necessário instaurá-la mesmo quando houver provas suficientes para a imediata instauração do PAD.

(E) As ações disciplinares prescrevem em prazos uniformes de cinco anos, independentemente da gravidade da infração, salvo quando houver repercussão penal, hipótese em que se aplica exclusivamente o prazo prescricional penal.

**QUESTÃO 60**

No âmbito do regime jurídico estatutário municipal, a progressão funcional constitui instrumento essencial de desenvolvimento na carreira, sendo condicionada ao cumprimento de requisitos legais e ao resultado de avaliação de desempenho funcional.

Considere a seguinte situação hipotética:

Carlos, servidor efetivo do Município de Cairu, completou o interstício temporal exigido para a progressão funcional e requereu administrativamente sua movimentação para o padrão imediatamente superior. Entretanto, sua unidade de lotação deixou de realizar, no período correto, a avaliação de desempenho anual prevista na Lei Complementar nº 765/2024. A Administração indeferiu o pedido de progressão, sob o fundamento de inexistir avaliação válida que atestasse o mérito funcional necessário. Inconformado, Carlos interpôs recurso administrativo.

À luz da Lei Complementar nº 765/2024 e dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

**(A)** A avaliação de desempenho constitui requisito indispensável para a progressão funcional, devendo aferir critérios objetivos como assiduidade, produtividade, responsabilidade e eficiência, conforme estabelecido na legislação municipal.

**(B)** A ausência de avaliação de desempenho imputável exclusivamente à Administração não pode ser utilizada em prejuízo do servidor, sob pena de violação ao princípio da legalidade e ao direito subjetivo à progressão quando preenchidos os demais requisitos legais.

**(C)** O interstício temporal mínimo é condição necessária, mas não suficiente, para a progressão funcional, devendo estar cumulativamente acompanhado de avaliação de desempenho satisfatória e demais exigências legais.

**(D)** A progressão funcional pode ser concedida automaticamente em razão do decurso do tempo, independentemente de avaliação de desempenho, quando comprovado que a omissão administrativa decorreu de fato alheio à vontade do servidor.

**(E)** A impugnação administrativa ao indeferimento da progressão deve observar o devido processo legal e a ampla defesa, podendo resultar na revisão do ato quando constatada ilegalidade na omissão da Administração quanto à realização da avaliação.